

# Reforço para o "lobby"

GAZETA MERCHANT

6 JUN 1986

por José Casado  
de Brasília

As principais entidades empresariais do País estão preparando uma nova ofensiva conjunta sobre os 559 constituintes. Pretendem influenciá-los para que na fase final de redação da nova Carta — o segundo turno de votações —, prevista para começar dentro de três semanas, sejam suprimidas algumas emendas que confrontam com seus interesses.

O primeiro passo concreto para essa nova etapa do "lobby" empresarial foi dado há cerca de duas semanas, em Brasília, durante uma reunião do Conselho Diretor da União Brasileira de Empresários, composto pelos presidentes das confederações nacionais da indústria, comércio, agricultura, instituições financeiras e transportes.

Nesse encontro decidiu-se que uma equipe de advogados e juristas contratados por essas entidades empresariais deve concluir, nas próximas três semanas, a redação de um conjunto de emendas supressivas para cada um dos artigos do texto constitucional aprovado que confronta com seus interesses.

As emendas serão apresentadas a constituintes alinhados com as teses de defesa da livre iniciativa, sem o caráter de uma peça única, que configuraria um substitutivo. Serão estrategicamente separadas.

Ao mesmo tempo, os líderes empresariais promoveram um "reforço de caixa" para atender aos novos gastos com a infraestrutura desse "lobby" durante o segundo turno de votações. A União Brasileira dos Empresários, que, desta vez, funcionou como

uma espécie de catalisador político, não deverá operar diretamente os recursos, como esclarece o seu coordenador, empresário Antônio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio e coordenador da União Brasileira dos Empresários: "Nós somos apenas um fórum; as entidades setoriais é que têm os recursos".

Em fevereiro último, pouco antes do início do primeiro turno de votações na Constituinte, as entidades empresariais levantaram US\$ 35 milhões para financiar o esquema de defesa de seus interesses na Constituinte, o que envolveu, por exemplo, a duplicação do efetivo de advogados baseados em Brasília (atualmente 120), propaganda em horário nobre nas redes nacionais de televisão, aluguel de automóveis e aviões para dias de votações importantes, entre outras despesas.

O "reforço de caixa", feito há duas semanas, foi de US\$ 5 milhões. As instituições financeiras demonstraram grande interesse e contribuíram com a maior fatia.

Para essa nova etapa da Constituinte, fez-se, também, um acerto político com o governo federal. Algumas entidades auxiliaram na mobilização de constituintes para a votação do mandato do presidente José Sarney, na semana passada, iniciando uma colaboração que não aconteceu de forma organizada no primeiro turno. Opera-se com a perspectiva de uma aliança de interesses na etapa

das emendas supressivas. Isso deverá ocorrer, por exemplo, na revisão do texto que define o direito de greve dos trabalhadores. A emenda aprovada no primeiro turno amplia esse direito aos setores econômicos considerados essenciais. "Todo mundo,

(Continua na página 6)

*Os integrantes da CPI da Corrupção convocaram para esta segunda-feira a imprensa — inclusive a estrangeira — para anunciar a nova linha de ação da comissão. Os senadores deverão revelar a intenção de processar, ainda nesta semana, o presidente da República, por crime contra a honra, e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para que exiba o dossiê que afirma possuir contra os senadores da CPI da Corrupção. Além disso, serão convocadas novas pessoas para depor.*

(Ver página 7)